

Cardoso propõe acordo para afastar retrocesso

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, afirmou, ontem, que as lideranças de todos os partidos políticos precisam, urgentemente, de concertar um acordo político para consolidar o processo de transição democrática, afastando os riscos de retrocesso, mas admitiu que a duração do mandato do presidente Sarney constitui um complicador ou um obstáculo.

"Tenho a impressão de que, se as lideranças concluírem que o mandato do Presidente da República deve ser reduzido para quatro anos, o presidente Sarney não cria obstáculos. Um ano a menos não é nada. O marechal-presidente Castelo Branco fez uma verdadeira revolução no Brasil em apenas três anos, revolução de caráter conservador, mas revolução para ele" — disse o senador paulista.

Fernando Henrique admitiu que um grande obstáculo ao entendimento político em torno de um programa mínimo para combater o que considera a mais grave crise econômica-financeira de nossa história é o populismo, de que andam impregnados os discursos dos políticos.

Advertiu que, numa situação econômica grave como a que o Brasil enfrenta, não é possível combater a inflação e o déficit público, promovendo o saneamento da Nação e, ao mesmo tempo, redistribuindo. Em hora de graves dificuldades como a que atravessamos não se pode falar em distributivismo, mas em distribuir sacrifícios de forma justa dentro da sociedade, de maneira que os que ganham menos, como os de salário mínimo, sofram menos.

Ao reconhecer que uma crise dessa magnitude gera

legítimas apreensões na sociedade, na medida em que se tem a consciência de que ela poderá provocar novo retrocesso, embora não exista um projeto deliberado da parte de pessoas responsáveis, Cardoso propõe um entendimento supra-partidário e elogia a iniciativa que tomou, a esse respeito, o presidente do PFL, senador Marco Maciel, que fala em pacto político.

O senador paulista concorda com Maciel em que um entendimento supra-partidário deve incluir todos os partidos, todas as lideranças e todas as correntes ideológicas, sem discriminação. Acha que Lula é uma liderança responsável e bastante razoável em qualquer entendimento político.

Cardoso concorda em que as lideranças partidárias estão paralisadas e perplexas diante da crise e se inclui entre elas. Ele

acha que chegou a hora de todos sentarem a uma mesa para iniciarem conversações de que resultaria fatalmente um programa mínimo para vencer a crise e afastar o fantasma do retrocesso.

Quando ao discurso populista, disse que a economia é a ciência da escassez, não da abundância, razão por que não se pode falar em combater uma inflação alta como a brasileira promovendo, ao mesmo tempo, distribuição de riqueza. Admitiu que o próprio PMDB precisa mudar urgentemente de linguagem.

— Está claro que, numa crise dessa gravidade, o Brasil corre o risco de uma interrupção democrática. Isso não significa que exista um projeto de golpe. Isso não há, mas esses acidentes ocorreram com frequência ao longo de nossa história — advertiu o líder do PMDB no Senado.

EUGENIO NOVAES



Fernando Henrique acha Lula responsável

'Constituição deve ter a cara do PMDB'

Depois de manter demorado encontro com a bancada do PMDB gaúcho, no gabinete do senador José Bisol, o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, disse que o que caracterizou a reunião de Ulysses com os coordenadores de bancadas não foi a duração do mandato de Sarney, mas a necessidade de se articular uma posição comum às diversas correntes do PMDB para que a nova Constituição reflita os compromissos históricos do partido.

"Imprimir à nova Constituição a cara do PMDB, eis a preocupação dominante", disse o governador gaúcho. Advertiu que algumas das decisões adotadas em certas subcomissões ferem frontalmente o programa partidário e frustram a expectativa popular por uma Constituição verdadeiramente progressista. Coordenar o partido para influir nas definições de mudanças — eis o objetivo primordial, segundo Simon.

Teotônio é homenageado no Congresso

Uma sessão especial do Congresso Nacional, na parte da manhã, não foi o suficiente para que deputados e senadores reverenciassem ontem a memória do Menestrel das Alagoas. O ex-senador Teotônio Vilela, que completaria 70 anos de vida, acabou sendo homenageado também na sessão plenária da Assembleia Nacional Constituinte, à tarde, embora sem as estrelas da manhã, como a cantora Fafá de Belém.

A maior homenagem, contudo, segundo afirmou em seu discurso na sessão do Congresso a deputada Rose de Freitas, autora do requerimento, será a Constituinte entregar ao povo brasileiro, ainda este ano, "uma Constituição que traduza os seus ideais republicanos e representativos, que conduza a Nação a voltar às vistas e o coração para todos que padecem a verdadeira fome e aquela sede de justiça de que falam os Evangelhos", livro de cabeceira de Teotônio.

A deputada, que falou em nome da Câmara dos Deputados, teceu longo comentário sobre o "Projeto Emergência", em que o ex-senador alagoano propunha soluções para as crises do País. "Essa era uma visão de estadista", assinalou, lembrando que "pedia o nosso apóstolo político medidas que limitassem o envolvimento externo, transnacionalizadas as nossas relações comerciais e financeiras".

Rose de Freitas falava para uma platéia composta não só de congressistas e da cantora Fafá de Belém, mas também para o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer, os ministros Paulo Brossard (Justiça) e Anibal Teixeira (Planejamento) e o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon. Entre os parlamentares, a presença do filho do ex-senador, constituinte Teotônio Vilela Filho (PMDB/AL), e do seu irmão, Aprígio Vilela.

"Deputado estadual, vice-governador e senador da República em dois mandatos, não possuía um cabo eleitoral; entretanto, teve um exército a lutar por ele e a conduzi-lo à vitória, porque as suas vitórias foram conquistadas do que Alagoas tem de mais representativo no campo do abstracionismo: cultura e bondade", destacou o senador alagoano Divaldo Suruagy (PFL).

Na tribuna, um. Na mesa, outro. E é só

O deputado Hermes Zanetti (PMDB/RS) na tribuna, o senador Mário Maia (PDT/AC) na mesa, presidiu a sessão, e as 487 cadeiras do plenário, vazias. Era o retrato da Assembleia Nacional Constituinte no horário da sessão de ontem destinado a temas constitucionais. "Não digo srs. constituintes, porque estamos aqui V.Ex.a. e eu. Espero que também V.Ex.a. não se retire", apelou perplexo o orador.

Da esquerda do PMDB, Hermes Zanetti alertava para "o grande cambalacho" que a direita tenta aprontar na Constituinte, "pelos meios que só os diabos sabem quais", a fim de "perpetuar o status quo". Terminado o discurso, em meio ao qual entrou no plenário e tomou assento o deputado Adhemar de Barros Filho (PDT/SP), orador seguinte, ele não titubeou: desceu a escada da tribuna, dobrou à direita e também se retirou.

Adhemar de Barros, que chegara até a apertar Zanetti e a receber os agradecimentos dele por sua presença solitária, acabou tendo um pouco mais de sorte. Suas críticas à conjuntura econômica foram ouvidas, no final, pelos deputados Bonifácio de Andrada (PDS/MG) e Paulo Delgado (PT/MG). Este último retribuiu a cortesia de Barros a Zanetti, também apartando o orador para inserir no discurso dele um trecho sobre a greve dos funcionários públicos estaduais de Minas Gerais, que já conta 30 dias.

GIVALDO BARBOSA



Diante do plenário vazio, Adhemar discursa e Mário Maia preside

Congresso quer se reunir mais

A realização das sessões da Assembleia Constituinte à tarde, com a suspensão das reuniões da Câmara e do Senado, que só se reúnem às segundas-feiras, está sendo contestada por dezenas de parlamentares, que consideram necessária, devido à gravidade da situação, uma maior vigilância do Congresso.

A Comissão de Sistematização deverá examinar essa proposta na próxima semana, havendo boa possibilidade de ser aprovada.

No plenário da Constituinte, que dará a decisão final, será mais difícil porque o presidente Ulysses Guimarães (PMDB-SP) deverá ficar contra.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) foi quem teve a ideia de reformular o Regimento da Constituinte para que Câmara e Senado funcionem com regularidade. Ela pretende fazê-lo através de um projeto de decisão, que, pelo Regimento, é destinado a

coibir ameaças contra o funcionamento da Constituinte.

Na justificativa, Sandra Cavalcanti frisa que "a situação atual do País tem provocado uma predominância de assuntos, temas e propostas conjunturais sobre a matéria constitucional". E preciso, também, que "matérias e propostas que, regimentalmente, são da competência do Congresso, da Câmara ou do Senado se acumulem na Constituinte".

PDS, que tem 37 constituintes, está próximo de nova divisão. Os progressistas desejam que o partido vote na Comissão de Sistematização de acordo com "as posições avançadas", enquanto os centristas acham que esse comportamento descaracterizará o partido.

O líder do Partido na Constituinte, deputado Amaral Netto (RJ), convocou a bancada para terça-feira vindoura a fim de encontrar um ponto de convergência: o programa do partido, que foi, oficialmente, redigido pe-

Progressistas articulam um novo PDS

lo então presidente do PDS, senador José Sarney, hoje Presidente da República.

IMAGEM

Durante a reunião de ontem da Comissão de Sistematização, os depu-

tados Gerson Peres (PDS-PA) e Konder Reis (PDS-SC) conversaram longamente sobre a necessidade de mudar a imagem do partido. Chegaram à conclusão de que o PDS comportou-se nas subcomissões de maneira muito retrógrada, aparecendo como defensor da extrema direita. Isso não está sequer de acordo com a linha do programa do PDS.

A posição de Peres e Konder, também foi adotada pelas deputadas Myriam Portella (PI), a xilita pedessista, e Wilma Maia (RN).

Fogaça diz que base de Sarney "está minada"

Da Sucursal

Goiania — O senador José Fogaça (PMDB-RS) não acredita na possibilidade de criação de um novo partido político, dentro do PMDB, ou do "partido do Presidente". "Acho que isso seria um equívoco. Nesse momento o que se precisa é da unidade nacional para fortalecer a autonomia política do Presidente da República, que já está sendo questionada".

O senador gaúcho, que fez um retrospecto da Constituinte para os 109 deputados estaduais da União Parlamentar Interstadual, reunidos em Goiânia para debater a autonomia do Legislativo, destacou que "o fato do Presidente precisar ir à televisão para estabelecer o tempo de seu próprio mandato, a crise vivida pela reforma ministerial em que o Presidente indica um ministro e volta atrás e depois indica outro, que acaba não satisfazendo nem a um nem a outro, tudo isso minou a base de autoridade política do presidente Sarney".

Fogaça não acredita também na possibilidade de um confronto político dentro do próprio PMDB. "Prefiro entender que a fala do Presidente da Re-

publica pela televisão teve a característica de um apelo aos partidos que lhe dão sustentação no Congresso e na Constituinte, que optassem por um regime de cinco anos. Mas além do apelo, há também a questão do interesse nacional, ou o que é melhor para o País neste momento".

Quanto ao peso que pode representar posição dos governadores dos Estados no sentido de influenciar os constituintes para uma definição sobre o mandato do Presidente, que seja favorável aos interesses dos próprios governadores, José Fogaça acredita que essa pressão pode alterar o comportamento de 20 a 30 por cento dos parlamentares, o que não muda em nada o quadro.

Ao ser questionado se a crise econômica, ampliada agora pela instabilidade política, não pode favorecer os interesses num novo golpe militar, José Fogaça revelou que não há possibilidade de retrocesso, porque os militares, hoje, "não têm atrás de si nenhum setor organizado" da sociedade propondo um golpe.

"O golpe nunca nasce nas casernas", afirmou o senador gaúcho, acrescentando que "o golpe nasce formulado nos gabinetes dos grandes grupos econômicos".

EMFA reafirma o apoio a cinco anos

São Paulo — O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), general Campos Paiva, reafirmou ontem seu integral apoio aos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. Segundo ele, a legislação em vigor determina que o mandato presidencial é de seis anos, mas se o presidente Sarney comunicou à Nação brasileira que pretende cumprir apenas cinco anos é seu direito de opção e só resta agora à Assembleia Nacional Constituinte aceitar a decisão e votar estabelecendo a duração do mandato até 1990.

A obediência à lei é o ponto mais fundamental, afirmou o general Paiva. "Se o presidente Sarney decidiu

encurtar o seu mandato para cinco anos considero decisão final e só resta agora à Assembleia Constituinte aceitar a posição do chefe da Nação".

Ao ser indagado se não considerava que o presidente Sarney se antecipou à decisão soberana da Constituinte ao fixar o seu mandato em cinco anos, o chefe do EMFA se recusou a responder: "Não respondo a esse tipo de pergunta. Não é ético".

O general Campos Paiva acrescentou ter sido surpreendido pela velocidade com que estão sendo desenvolvidos os trabalhos da Constituinte. Na sua opinião, os trabalhos estão sendo realizados de forma tranqüila e sem maiores preocupações.

Faccioni condena o neoparlamentarismo

A separação dos cinco ministros militares do restante do Ministério — ficção subordinada apenas ao Presidente da República e não podem ser demitidos pelo Congresso — foi condenada ontem pelo deputado Victor Faccioni (PDS-RS), secretário-geral do Grupo Parlamentarista.

O neoparlamentarismo criado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), aprovado em subcomissão da Constituinte é, de acordo com Faccioni, um superpresidencialismo, ainda que estabeleça dois governos com a separação dos ministros militares.

CONFUSÃO

A proposta Fogaça, aprovada pela Subcomissão do Poder Executivo é, no seu entender, incoerente ao "identificar como neoparlamentarismo um sistema que dá ao Presidente da

República a chefia de Estado juntamente com a chefia de Governo".

Lembrou Faccioni que a maioria anunciava ser difícil a aprovação do parlamentarismo porque a Constituinte não aprovaria a dissolução da Câmara. Essa possibilidade não apenas foi aprovada pelas subcomissões do Poder Executivo e do Poder Legislativo, como aprovou a dissolução decidida pelo Presidente da República.

A Subcomissão do Poder Executivo "aprovou, praticamente, o instituto da dissolução da Câmara nos moldes do ato institucional que deu aos presidentes militares o mesmo poder. Só há uma diferença, os atos institucionais tinham caráter transitório. Não se trata, pois, de nova modalidade do parlamentarismo, mas o sim de nova modalidade do presidencialismo".